

Artigo Original

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL PARA O MILÊNIO: DESCRIÇÃO E ANÁLISE DE UM MODELO

UNIVERSITY EXTENSION AND MILLENNIUM SUSTAINABLE DEVELOPMENT GOALS: DESCRIPTION AND ANALYSIS OF A MODEL

Fabiano Ormaneze¹, Alex Gomes da Silva², Jacqueline de Oliveira Lameza³, Janaína Fernanda Battahin⁴, Maria Aparecida de Almeida⁵

INFORMAÇÃO DO ARTIGO

Histórico do artigo:

Recebido em 29 Abril 24

Revisado em 11 Set. 24

Aceito em 25 Out. 24

Palavras-chave:

Extensão universitária;
Objetivos de
Desenvolvimento
Sustentável;
Intervenção Social.

Keywords:

University extension;
Sustainable Development
Goals; Social intervention.

RESUMO

Este trabalho descreve e analisa um modelo de extensão universitária curricular, implantada em Instituição de Ensino Superior (IES) privada, em Jundiaí, no interior de São Paulo, em cursos de graduação oferecidos no formato presencial modular (40% em EaD). Cumprindo o previsto na Resolução CNE/CES n. 7, de 18 de dezembro de 2018, do Ministério da Educação (MEC), foi implantado um modelo de curricularização da extensão relacionado com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), preconizados pela Organização das Nações Unidas (ONU), por meio do qual, em grupos, os alunos devem desenvolver projetos na comunidade relacionados a um ODS. Embora tenha sido implantado em todos os cursos da instituição, para este trabalho toma-se como universo de análise os projetos desenvolvidos pelos alunos do curso de Direito. Os resultados no primeiro oferecimento da extensão universitária no modelo indicam o potencial de intervenção social com respeito às características de cada comunidade, a interdisciplinaridade e a diversidade de ações.

ABSTRACT

This work describes and analyzes a model of curricular university extension implemented in a private Higher Education Institution in Jundiaí, São Paulo, Brazil, in undergraduate courses offered in a modular face-to-face format (40% online). Following the guidelines set forth in Resolution CNE/CES n. 7, of December 18, 2018, by the Ministry of Education (MEC), a model of curricularization of extension related to the Sustainable Development Goals (SDGs) advocated by the United Nations (UN) was implemented, through which students, in groups, must develop projects in the community related to an SDG. Although implemented in all courses of the institution, this work focuses on the projects developed by students in the Law course for analysis. The results from the initial implementation of the university extension in this model indicate the potential for social intervention respecting the characteristics of each community, interdisciplinary collaboration, and diversity of actions.

¹ Doutor em Linguística e mestre em Divulgação Científica e Cultural pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Graduado em Comunicação Social pela PUC-Campinas. Professor no Centro Universitário Padre Anchieta (UniAnchieta), onde é também coordenador de curadoria. Docente permanente no Mestrado em Divulgação Científica e Cultural da Unicamp. E-mail: ormaneze@yahoo.com.br.

² Doutor em História pela Universidade de São Paulo (USP). Mestre em História Social pela mesma universidade. Graduado em História pela Universidade Estadual Paulista (Unesp). Tutor on-line no Centro Universitário Padre Anchieta (UniAnchieta). E-mail: alex.silva@anchieta.br.

³ Doutora em Tecnologias da Inteligência e Design Digital pela PUC-SP. Mestra em Economia Política pela mesma universidade. Especialista em Planejamento, Implementação e Gestão de EaD pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Graduada em Ciências Econômicas e Administração. Coordenadora de Tutoria no UniAnchieta (fev./2022-mar./2024). Gestora de Pesquisa e Extensão no i9 Grupo. E-mail: jacquelinelameza@uol.com.br

⁴ Doutora em Economia pela Universidade Estadual Paulista (Unesp). Mestre em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Alfenas. Supervisora de Tutoria no UniAnchieta. E-mail: janaina.battahin@anchieta.br.

⁵ Mestre em Educação pela PUC-Campinas. Graduada em Ciências Sociais pela mesma universidade. Professora no Centro Universitário Padre Anchieta

Introdução

A extensão, embora seja prevista no tripé indissociável da universidade brasileira, conforme Artigo 207 da Constituição Federal (Brasil, 1988), tem recebido especial atenção a partir da Resolução n. 7, do Conselho Nacional de Educação (CNE), de 18 de dezembro de 2018, por meio da qual todos os cursos de graduação do país devem dedicar 10% da carga horária total para atividades extensionistas.

A curricularização da extensão faz com que as práticas de intervenção comunitária, antes tratadas como secundárias ou, então, realizadas por apenas alguns grupos de alunos e professores, agora, sejam obrigatórias a todos. Nesse sentido, inclusive, é esperado que, nos próximos anos, sejam criados indicadores próprios para a extensão nos instrumentos avaliativos oficiais para autorização, reconhecimento e credenciamento de cursos. Atualmente, a extensão é tratada, no referido instrumento, apenas associada às políticas institucionais dos cursos e como parte do plano de trabalho docente (Brasil, 2017).

A Resolução n. 7 é um desdobramento do Plano Nacional de Educação (PNE) (2014-2024), promulgado em 25 de junho de 2014 (Lei n. 13.005), que previa a curricularização da extensão como uma das metas, já determinando o montante de 10% da carga horária. Desde então, as instituições de ensino procuraram diferentes soluções curriculares e de gestão, de modo a cumprir a lei e assegurar a formação do estudante, sem prejuízo ao ensino e à pesquisa, visando a agir de modo indissociável e integrado. A implantação do percentual obrigatório nos cursos foi sendo, todavia, adiada por diversas vezes, em função de solicitações das IES, da instabilidade política do período e da pandemia de Covid-19, tendo, de fato, ocorrida apenas em 2023.

A PNE, por sua vez, busca cumprir a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), de 1996 (Lei n. 9.394), que determina como função da extensão “estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade” (Brasil, 1996, on-line).

Não obstante haja regulamentos específicos sobre a extensão em uma série de documentos oficiais desde a Constituição, a maneira como a curricularização pode ser implantada nos cursos superiores brasileiros é bastante ampla, e a legislação possibilita diferentes formatos. É o que se nota, por exemplo, nas Diretrizes para as Políticas de Extensão da Educação Superior Brasileira, publicadas na Portaria 1.350, de 17 de dezembro de 2018:

Com a Diretriz da Extensão, espera-se dar às atividades extensionistas as seguintes características: (i) privilegiar as questões sobre as quais se deve atuar, sem, no entanto, desconsiderar a complexidade e a diversidade da realidade social; (ii) abrangência, de forma que a ação, ou um conjunto de ações, possa ser suficiente para oferecer contribuições relevantes para a transformação da área, setor ou comunidade sobre os quais incide; (iii) efetividade na solução do problema. Cabe lembrar que a efetividade de



qualquer tipo de intervenção social depende do grau de racionalidade que se imprima à sua formulação, de forma que permita a gestão eficiente e a avaliação em seu processo de implementação (monitoramento), resultados e impactos sociais, sem perder de vista os valores e os princípios que a sustentem. (Brasil, 2018a, p. 11).

Essa abordagem panorâmica e generalista está presente também em diversos artigos da já citada Resolução n. 7. O Artigo 7º, por exemplo, considera como atividades de extensão as intervenções que envolvem “diretamente as comunidades externas às instituições de Ensino Superior e que estejam vinculadas à formação do estudante” (Brasil, 2018b, on-line). Já no Artigo 8º da mesma resolução, são apresentados cinco modelos de atividades extensionistas possíveis de serem implantadas, segundo “a caracterização nos projetos políticos pedagógicos dos cursos” (Brasil, 2018b, p. 1). São listados: I) programas; II) projetos; III) cursos e oficinas; IV) eventos; VI) prestação de serviços.

O tratamento generalista da extensão nos documentos oficiais não é negativo. Pelo contrário: considera a diversidade de ações possíveis, possibilita a criatividade, flexibiliza os formatos e dá autonomia para que as IES desenvolvam atividades a partir da realidade em que estão inseridas, relacionando-as também aos seus projetos de desenvolvimento institucional (PDI), às especificidades dos cursos e dos grupos de pesquisa, além das modalidades de ensino, uma vez que a obrigatoriedade de carga horária para a extensão compreende tanto cursos oferecidos presencialmente quanto a distância. Uma das poucas exigências em relação ao modelo a ser implantado é a presencialidade das ações, o que é deveras coerente, uma vez que permite o envolvimento com as comunidades *in loco*, considera as disparidades tecnológicas que ocorrem no território nacional e possibilita o contato interpessoal dos estudantes com as diversas realidades do seu entorno, expandindo a experiência de aprendizagem.

Diante disso, este artigo tem como objetivo descrever e analisar, à luz das Diretrizes para as Políticas Nacionais de Extensão, o modelo de atividade extensionista obrigatória e curricular, implantado em todos os cursos do Centro Universitário Padre Anchieta (UniAnchieta), localizado em Jundiaí (SP). Embora a prática aqui descrita esteja sendo aplicada também em cursos presenciais de regime semestral e em cursos EaD, este trabalho focaliza cursos presenciais modulares, caracterizados pela composição de até 40% da carga horária com atividades a distância e 60% presenciais, conforme Portaria n.º 2.117, de 6 de dezembro de 2019. A análise sistematizada realizada neste artigo é importante, porque, além de registrar a implantação de uma atividade exitosa em termos de resultados, pode oferecer contribuições para a reflexão sobre modelos de extensão universitária a gestores, professores, tutores e demais envolvidos com a implantação dessas atividades nas IES brasileiras.

Metodologia

Como estudo de caso, o método aqui utilizado é a pesquisa qualitativa, descritivo-exploratória, a partir de um relato de experiência dos autores. Para tal, iniciamos este relato com uma breve revisão bibliográfica sobre extensão e sua relevância social e acadêmica. Na análise de dados, serão analisados três projetos desenvolvidos por três grupos que obtiveram nota máxima na Prática Extensionista, no curso de Direito presencial modular (40% da carga horária total em EaD), no período de março a abril de 2024.



A amostra foi levantada considerando três critérios qualitativos: 1) a originalidade da proposta; 2) a aplicação efetiva do ODS selecionado para ser trabalhado no período; e 3) o impacto factual e positivo na comunidade, atestado por meio de fotos, documentos ou vídeos. Trata-se, portanto, de uma amostragem não probabilística intencional, muito comum em pesquisas qualitativas. Segundo Marconi e Lakatos (2008), nessa forma de composição amostral, são escolhidos casos julgados como representativos do universo.

Para a análise, consideram-se indicadores três características previstas no PNE: 1) a abordagem da complexidade e a diversidade da realidade social; 2) a abrangência da ação com contribuições relevantes para a área, o setor ou a comunidade; e 3) a efetividade na solução do problema.

Do assistencialismo ao diálogo (trans)formador

Ao desenvolver atividades de extensão, que objetivem como resultado a “efetividade na solução do problema”, conforme preconizam as Diretrizes para as Políticas de Extensão da Educação Superior Brasileira (Brasil, 2018a), é necessário afastar-se de um modelo assistencialista que, em geral, aparece no imaginário quando o assunto é prestação de serviço à sociedade. Também é salutar dissociar-se de uma visão míope de comunidade, pela qual o conceito abarcaria apenas os grupos menos favorecidos ou excluídos, muito embora, pela ineficiência de políticas públicas, sejam esses os mais necessitados de atividades transformadoras.

Em texto publicado logo após o Plano Nacional de Educação (Brasil, 2014), Gadotti (2017) adverte que, no Brasil, “duas vertentes de Extensão Universitária têm se confrontado: uma mais assistencialista e outra não assistencialista” (p. 2). Conceitualmente, segundo o autor, poder-se-ia sintetizar essa dicotomia na constatação de um incoerência: nem tudo que tem sido chamado de extensão é, de fato, uma atividade extensionista, ou seja, uma ação preocupada com a transformação social e que leva em conta os saberes e a cultura da comunidade compartilhados com os da academia, em construção coletiva. A mera prestação de serviço cria também um processo de mão única, que parte da universidade, mas na qual não há compartilhamento ou construção coletiva de conhecimento. Nesse modelo equivocado, a universidade reforça a imagem de detentora do saber, a partir da qual erigiu sua história ao longo de séculos.

Para, de fato, concretizar-se como extensão, é necessário que sejam desenvolvidos modelos de intervenção social a partir de um trinômio: *na* comunidade, *com* a comunidade e *para* a comunidade. Ao adotar essa perspectiva, os projetos aproximam-se da proposição de Paulo Freire (1983), ou seja, a extensão focalizada na comunicação do conhecimento presente em todos os sujeitos, construído seja pela educação formal, não formal ou informal, seja pela experiência de vida. Considerando esse posicionamento, não se pode entender a extensão universitária como simplesmente uma prática que estende o conhecimento técnico até a comunidade. No lugar disso, ela deve ser compreendida como um ambiente, um local propício à comunicação entre os indivíduos envolvidos, em que a comunidade expressa o conhecimento, compartilhando-o com os grupos universitários que se propõem a atuar naquele espaço. Trata-se de um processo mútuo de significação das experiências e aprendizados. Freire (1983) orienta, inclusive, que a extensão universitária, independentemente da área de atuação, seja pautada pela



comunicação:

O sujeito pensante não pode pensar sozinho; não pode pensar sem a coparticipação de outros sujeitos no ato de pensar sobre o objeto. Não há um “penso”, mas um “pensamos”. É o “pensamos” que estabelece o “penso” e não o contrário. Esta coparticipação dos sujeitos no ato de pensar se dá na comunicação. O objeto, por isto mesmo, não é a incidência terminativa do pensamento de um sujeito, mas o mediatizador da comunicação. Daí que, como conteúdo da comunicação, não possa ser comunicado de um sujeito a outro. (Freire, 1983, p. 45)

O trecho acima foi retirado de um escrito clássico de Freire, dedicado a refletir sobre a relação entre universitários e camponeses. Mais à frente, no mesmo texto, ao analisar o método como as atividades de compartilhamento de saberes poderiam ser realizadas, o autor reforça que o diálogo problematizador deve fomentar as práticas extensionistas, uma vez que possibilita diminuir a distância entre as expressões da técnica e do saber popular. De acordo com Freire, dessa forma, ambos os grupos passam a compartilhar o mesmo significado diante de objetos de conhecimento. “E isto só se dá na comunicação e na intercomunicação dos sujeitos pensantes a propósito do pensado e nunca através da extensão do pensado de um sujeito até o outro” (Freire, 1983, p. 46). Portanto, trata-se de refletir sobre a própria significação da ideia de “extensão” e deixar de entendê-la como braço, apêndice ou simplesmente forma de levar conhecimento a determinado grupo. Essa perspectiva é substituída por um processo de construção coletiva, tendo o diálogo como cerne.

A partir dessas problematizações e para desestimular eventuais propostas assistencialistas, buscou-se desenvolver a extensão universitária curricular obrigatória no Centro Universitário Padre Anchieta (UniAnchieta) a partir de duas diretrizes institucionais básicas: I) o vínculo das ações com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), preconizados pela Organização das Nações Unidas (ONU); e II) a implantação de trilha metodológica para a realização dos trabalhos pelos estudantes de modo a demonstrar, desde o início, a preocupação com a construção coletiva do conhecimento e o compartilhamento de saberes. A seguir, são apresentadas, em linhas gerais, essas duas diretrizes.

A extensão universitária e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

A curricularização da extensão na referida IES apegou-se à perspectiva de Freire (1983), que relaciona a extensão à compreensão de *como* se aprende e *como* se produz conhecimento, considerando o diálogo entre universidade e comunidade. Nessa perspectiva, reforça-se a visão de Gadotti (2017), para quem todo ser humano é compreendido como “inacabado, incompleto e inconcluso, que não sabe tudo, que não ignora tudo” (p. 2).

A partir de 2021, quando as matrizes curriculares foram revistas para a inclusão da extensão, a IES objeto deste trabalho vivenciou diferentes formatos de ações em seus cursos. No entanto, em fins de 2023, diante dessa diversidade de propostas implantadas, foi necessário avaliar os resultados e os modelos, visando à unidade. A análise do que havia sido feito nos dois primeiros anos teve como critérios a sustentabilidade das ações, a necessidade de criação



de indicadores de qualidade e a reafirmação da já descrita perspectiva filosófico-epistemológica.

Não se tratou, portanto, de inflexibilidade ou padronização, mas, sim, de criar um projeto institucional com maior envergadura e impacto social. Após a análise do que estava sendo feito na IES, o formato que mais preencheu com êxito os critérios elencados foi aquele realizado desde 2022 nos cursos EaD da instituição na área de Negócios. Tal proposta relacionava a extensão aos ODS, elaborados em 2015 pelos 193 países-membros da ONU, como metas a serem encampadas pela sociedade até 2030⁶. Trata-se de “um apelo global à ação para acabar com a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima e garantir que as pessoas, em todos os lugares, possam desfrutar de paz e de prosperidade” (ONU, 2015, on-line). Os 17 ODS estão sintetizados na figura a seguir:

Figura 1. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



Fonte: ONU, 2015.

O vínculo entre extensão universitária e os ODS vislumbrou também colaborar com uma ação de caráter global e interdisciplinar, possibilitando o envolvimento de várias áreas e possível de ser realizado em todas as localidades, uma vez que a IES também tem cursos em EaD. Assim, é exequível relacionar o local e o global, ou seja, a perspectiva de que agir localmente contribui para mudanças globais. Como explica Santos (2002), o local e o global têm elementos de interdependência: eles se defrontam e se confrontam.

O modelo implantado para as Práticas Extensionistas – nome que recebeu a extensão curricular obrigatória na IES – prevê que, de acordo com o regime de oferecimento (presencial, EaD ou presencial modular), a cada módulo ou semestre, um ODS é selecionado pelos docentes

⁶ Os resultados dessas atividades, que envolveram à época tanto a extensão universitária quanto outro componente curricular obrigatório de caráter interdisciplinar nomeado de “Projeto Integrador”, estão descritos em Ormanzeze, Almeida e Fabbri Júnior (2024).



para que os estudantes elaborarem seus projetos de intervenção *na, com e para* a comunidade, a partir de todos os pressupostos sintetizados nas páginas anteriores.

Para o desenvolvimento das atividades, considera-se “comunidade” como conceito bastante amplo, que, conforme sintetizou Fernandes (1975), remete a um sentimento de vida em comum, fundado por meio de relações de parentesco, vizinhança e reciprocidade, com laços afetivos e no qual há subordinação do individual ao social.

Atualizando essa perspectiva, Paiva (2003) explica que a comunidade é compreendida como uma metáfora, que “parece adequada para a construção de uma nova forma para o laço social” (p. 10). Assim, de acordo com a autora, exclui-se a tradicional dicotomia comunidade/sociedade, prevista por Max Weber, em fins do século XIX. No lugar, dá-se vazão a uma perspectiva que compreende a comunidade como aquilo que “permite aos indivíduos e aos grupos vislumbrar a abertura para estender criativamente novas pontes sobre a dissociação humana” (Paiva, 2003, p. 11). Diante das transformações sociais e tecnológicas das últimas décadas, as comunidades podem prescindir da proximidade física, embora seja comum que grupos identitários se fortaleçam em espaços comuns, esporádicos ou não, virtuais ou presenciais. Casos ilustrativos desses locais são as organizações não governamentais (ONGs), que, ao prestarem serviço a determinados grupos, também permitem a formação de comunidades.

Espera-se que, ao longo do tempo, todos os ODS sejam trabalhados pelos estudantes e professores da IES, embora, pelo andamento dos cursos e pelas diferenças de formatos de oferecimento e cargas horárias, não necessariamente todos os alunos atuarão nos 17 ODS. A decisão sobre qual dos objetivos trabalhar em determinado módulo ou semestre tem como critérios a relação com os demais conteúdos curriculares, as discussões mais prevaletentes em determinado período e a experiência necessária e já adquirida para as ações.

A extensão é, pois, pensada a partir da leitura de mundo, analisando problemas concretos e atravessando fronteiras geográficas, científicas e profissionais, em um ambiente que tem o diálogo comunitário como diretriz. Espera-se também que a associação da extensão com os ODS contribua, do ponto de vista da formação universitária, com diversos benefícios aos egressos, como o espírito cidadão, a ética, a preocupação social, o manuseio de dados, as habilidades comunicativas e a interdisciplinaridade, além do compromisso com o planeta:

Nessas relações de interdisciplinaridade, todos ganham, todos contribuem e todos (se) transformam, contribuindo para que o aprendizado ganhe força, renove-se e multiplique-se. Nesse processo, é interessante notar como o pensamento do estudante vai se modificando em relação ao mundo em sua volta. Na realidade, a Extensão Universitária é uma escada rolante, onde, em uma ponta, temos o indivíduo e, na outra ponta, temos o universo social. A Extensão Universitária, na teoria e na prática, é a escada, é o catalisador que, sempre que alcança o indivíduo, leva-o para um outro lugar. Um lugar diferente. A Extensão se renova sempre. (Deus, 2020, p. 40)



Especialmente no caso analisado neste trabalho, as turmas que atuaram na Prática Extensionista, no módulo oferecido entre fevereiro e abril de 2024, trabalharam com o ODS n. 12 – Consumo e Produção Responsável.

Trilha metodológica da Prática Extensionista

Desde 2022, a IES já possui trilhas de aprendizagem em disciplinas ofertadas a distância ou em modelo híbrido (parte presencial, parte em EaD), elaboradas a partir de técnicas de *storytelling* (Ormaneze; Lameza, 2023), que objetivam colocar o estudante no centro do processo, em busca do desenvolvimento de diferentes habilidades e competências, com graus distintos de dificuldade e variados recursos e instrumentos de ensino-aprendizagem. Essa trilha foi adaptada para a Prática Extensionista, valorizando a coerência e criando unidade com os demais componentes curriculares. Nos cursos presenciais com 40% em EaD, como é o caso aqui analisado, cada módulo equivale a oito semanas de atividades. A trilha metodológica das atividades extensionistas está representada na Figura 2:

Figura 2. Trilha metodológica das atividades de extensão



Fonte: UniAnchieta.

A Prática Extensionista é desenvolvida pelos alunos presencialmente na comunidade, cumprindo o previsto na Resolução n. 7/2018. As orientações e os materiais de estudo são realizados em Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). São disponibilizados textos-base, no formato de *e-book*, construído por docente da instituição, além de videoaulas (“Com a palavra, o professor!”). Esses materiais discutem os fundamentos da extensão universitária, a relação com os diversos cursos, os ODS, a perspectiva dialógica a ser adotada, o conceito de comunidade e as instruções para a intervenção social, a partir de uma pergunta norteadora: “Como minha área de formação pode contribuir para o desenvolvimento sustentável na relação de compartilhamento de saberes e construção coletiva com as comunidades?”.

A partir disso, os alunos são levados a desenvolver um projeto em três etapas, descritas a seguir e representadas na Figura 2. A cada entrega, há um retorno personalizado do tutor on-



line, por meio de *feedback* construtivo-afetivo (Lameza; Souza, 2023), que orienta os grupos de acordo com dúvidas e visando a manter os pressupostos do projeto:

Etapa 1: Quem somos nós e onde estaremos? Em grupos de cinco a oito integrantes, os alunos devem apresentar a comunidade em que realizarão a Prática Extensionista. Como previsto no material didático, prevê-se um conceito bastante amplo de comunidade, envolvendo grupos minoritários, bairros, agremiações, ONGs, instituições de serviço público, grupos assistenciais ou religiosos etc.

Etapa 2: Nosso propósito, nosso caminho. Os grupos apresentam e justificam quais as ações extensionistas serão realizadas na comunidade escolhida, a partir do ODS do módulo/semestre. Devem ser descritos os objetivos das ações, a metodologia e também o cronograma.

Etapa 3: O que fizemos por eles? O que fizeram por nós? Apresentação dos resultados finais da atividade extensionista, com a comprovação da presencialidade, por meio de vídeos e/ou fotos, em formato de relatório. Os grupos devem descrever como foi o diálogo com as comunidades, considerando o compartilhamento de saberes e a construção coletiva do conhecimento. É necessário ainda demonstrar os impactos sociais da atividade desenvolvida, atingindo os objetivos da extensão universitária.

Como se trata de uma atividade obrigatória e, portanto, necessária para a conclusão do curso – e com a consciência de que pode haver intercorrências – está prevista uma etapa 4, nomeada como “Nossa nova chance”. Trata-se da possibilidade de os grupos reentregarem o relatório, caso não tenham atingido a nota mínima para aprovação. Essa etapa, no entanto, é exclusiva aos grupos que tenham feito as entregas anteriores, para destacar o caráter contínuo do projeto e evitar que a atividade seja realizada às pressas, como mero cumprimento de tarefa, o que prejudicaria sobremaneira o impacto comunitário pretendido e a pressuposta perspectiva dialógica.

Desde a concepção dos nomes das atividades até as orientações e as exigências formais de entregas, busca-se destacar o protagonismo dos estudantes, a ação em grupo e também a construção coletiva, o que se nota, por exemplo, pelo uso da primeira pessoa do plural (“somos”, “estaremos”, “nosso”, “nós”). A demonstração de partilha fica mais evidenciada na etapa 3, composta por duas perguntas que utilizam o mesmo verbo (“fazer”), demonstrando que se trata de uma ação conjunta e prática, com benefícios tanto para os estudantes quanto para a comunidade.

Resultados da primeira experiência do modelo

Como já dito, o modelo apresentado foi implantado pela primeira vez em fevereiro de 2024. Para o curso de Direito presencial modular, selecionado para este estudo de caso, estiveram envolvidos 95 alunos, distribuídos em 14 grupos. Desse montante de equipes, ao final do módulo, 12 foram aprovadas. As duas reprovadas não entregaram nenhuma das atividades



previstas. Além disso, 80% dos grupos também obtiveram notas máximas, demonstrando a qualidade das ações e o envolvimento com a proposta.⁷

Apesar desses dados quantitativos, que por si demonstram o resultado satisfatório das ações na formação dos estudantes, concordamos com Sandra de Deus (2020), para quem “o impacto que esse tipo de intervenção extensionista tem na vida de qualquer grupo ou comunidade é algo que não pode ser mensurado com números, dados e estimativas. A mudança que essa relação provoca no estudante também não se mede com números absolutos, mas com aprendizado relatado em depoimentos” (p. 37).

Avaliando resultados em extensão universitária

Passamos a avaliar, a seguir, resultados de três grupos de alunos do curso de Direito:

Grupo 1: A atividade foi desenvolvida em ONG dedicada ao atendimento de crianças e adolescentes, que recebem formação educacional complementar e apoio psicossocial. Foram realizadas oficinas sobre o ODS 12 e, para comprovar a efetividade da ação, o grupo aplicou questionário a respeito dos conceitos trabalhados. Foi identificado que os respondentes não conheciam os ODS. Foram também realizadas oficinas para o plantio orgânico de hortaliças em vasos, em processo simples que pode ser implantado ou replicado em casa. No relatório, o grupo relata que “as crianças continuam cultivando os vasos”, mesmo depois do término da presença do grupo de universitários. Do ponto de vista do aprendizado adquirido, os estudantes relataram também satisfação pela atividade e, principalmente, o desejo de darem continuidade a ela, mesmo sem a exigência curricular.

Grupo 2: A atividade foi desenvolvida em ONG dedicada ao atendimento de mulheres em situação de vulnerabilidade social e em processo de superação da dependência química. Para abordar a temática do ODS 12, o grupo se reuniu com as pessoas atendidas pela instituição e identificaram a falta de materiais explicativos sobre o reaproveitamento de alimentos e a coleta seletiva. Foi identificado que faltavam também referências sobre receitas culinárias que utilizassem ingredientes baratos, nutritivos e sem desperdício. O grupo decidiu, então, desenvolver um livro de receitas e materiais informativos impressos, entregues durante uma oficina na ONG. Além dos benefícios advindos dessa formação, a equipe se organizou para conseguir parcerias de instituições com a ONG, sendo esse o principal impacto social conquistado relatado.

Grupo 3: A atividade foi desenvolvida em ONG, que tem o formato de incubadora de empreendedorismo social. O grupo realizou quatro oficinas com os atendidos pela instituição,

⁷ Todas as etapas são avaliadas, de modo a garantir uma avaliação contínua e gradual. Os grupos recebem uma nota e também um *feedback* com orientações de correções e melhorias. As atividades são assim pontuadas: “Quem somos nós e onde estaremos” – até 1,0 ponto; “Nosso Propósito, Nosso Caminho” – até 3,0 ponto; “O que fizemos por eles? O que fizeram por nós” – até 6,0 pontos. Para aprovação, é necessário atingir o total de 6,0, conforme Regimento Institucional.



abordando produção consciente e formas racionais de consumo. Ao final, foram aplicados questionários para verificar o nível de conhecimento dos participantes, que, no início, demonstraram conhecer pouco sobre a temática. O grupo produziu folder explicativo, inclusive, associado à área de formação, Direito. O levantamento demonstrou que 80% dos participantes – de um total de 239 pessoas ouvidas – consideraram a ação importante para práticas futuras de consumo e sustentabilidade.

A partir dessa amostra, é possível identificar que os projetos levaram em conta a complexidade e a diversidade da realidade social, uma vez que os alunos entraram em contato e respeitaram diferentes grupos, alguns, inclusive, bastante sujeitos à vulnerabilidade e ao preconceito, como é o caso de mulheres em processo de recuperação de dependência química. Assim, atende-se à primeira das características previstas no PNE para a extensão universitária.

Com diferentes abordagens, envolvendo métodos inspirados na observação-participante, na pesquisa-ação e na realização de oficinas, os grupos trouxeram contribuições que não se limitaram ao período de atuação presencial nas ONGs. Nos três casos descritos, os relatórios indicam continuidade das ações, seja na forma de práticas implantadas (como o cultivo de hortaliças e legumes em vasos), nas parcerias estabelecidas ou na produção conjunta de materiais, como é o caso do livro de receitas e dos folderes, que poderão ser consultados, replicados e atualizados conforme a dinâmica, o desenvolvimento e as necessidades dos grupos atendidos.

Por fim, o vínculo com o ODS 12 está bem estabelecido na amostra, contemplando diferentes objetivos específicos ligados à meta de consumo e produção responsáveis, ao envolver diversas ações de sustentabilidade, com produção orgânica e familiar, aproveitamento máximo de alimentos e conscientização.

A amostra também ilustra a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Ao irem para a comunidade e promoverem o diálogo de saberes, os estudantes levam o conhecimento adquirido nas salas de aula e o aplicam a partir do contato dialógico com a comunidade, de modo inter e transdisciplinar. Assim, expandem o conhecimento. Essas experiências também podem ser compartilhadas espontaneamente nas discussões promovidas em várias disciplinas. Do ponto de vista da pesquisa, o modelo implantado é um estímulo adicional para que os estudantes busquem informações bibliográficas sobre o ODS e a relação com a área de formação, bem como realizem levantamentos quanti e qualitativos com as comunidades, para identificar necessidades ou medir impactos das ações realizadas. Nada impede também que sejam projetadas situações em que projetos de iniciação científica, trabalhos de conclusão de curso ou outras atividades acadêmicas possam manter relação com as ações de extensão.

Por fim, resta dizer que os resultados da experiência aqui relatada mostram a necessidade de aprimoramento contínuo das relações da extensão com o ensino e a pesquisa, de modo que os alunos consigam vislumbrá-las mais claramente, uma vez que, nos relatórios analisados nesta amostra, esse tópico não apareceu explicitamente na exposição dos estudantes. Também ainda há certa dificuldade para compreender como as diferentes áreas do conhecimento podem contribuir com o desenvolvimento sustentável.



Outro ponto necessário de aprofundamento é a ampliação da noção de comunidade. Embora os alunos sejam estimulados a trabalhar com um conceito bastante amplo, predominaram os trabalhos que veem nas ONGs e nas instituições de terceiro setor o local mais propício para as ações extensionistas. Embora sejam espaços, em geral, bastante organizados, o que, certamente, facilita o planejamento e a realização das atividades, o alargamento desse conceito não só agrega novos agentes, como também possibilitará uma abordagem mais contemporânea dos desafios, inclusive, chegando a grupos que não são amparados por projetos sociais sistematizados. A partir dessa percepção, após essa primeira experiência, o material didático disponibilizado para os alunos matriculados na Prática Extensionista em módulos seguintes já recebeu adendos que tratam com mais profundidade do conceito de comunidade.

Considerações finais

Este artigo buscou descrever a primeira experiência com uma prática de extensão, cujos resultados apontam para o êxito e a inovação. Desse modo, além de relatar o início de uma história com atividades extensionistas delineadas em uma IES particular, com diferentes modalidades de ensino, este estudo de caso possibilitou uma reflexão sobre pontos a serem aprimorados e a eficiência do método e da trilha implantada.

A partir do momento em que as atividades de extensão seguem uma trilha metodológica, composta por etapas e diferentes desafios, evidencia-se para o estudante a organicidade e a necessidade de os projetos serem desenvolvidos de modo sistematizado, prevendo início, desenvolvimento, finalização e avaliação dos impactos e da autonomia conquistada pelos envolvidos, sejam eles universitários ou componentes da comunidade. Do contrário, seria mais complexa a concretização de projetos dialógicos e reafirmar-se-ia a ideia de que a extensão leva e impõe conhecimento acadêmico à comunidade. Dessa perspectiva, queremos nos destituir.

Portanto, o vínculo da extensão com os ODS constitui-se não apenas como uma referência metodológica como também inclui a IES, seus agentes (estudantes, professores, tutores e gestores) e as comunidades envolvidas em uma ação global pela sustentabilidade.

O método de extensão curricular apresentado neste artigo deverá passar por análise e validação também nos outros cenários da própria instituição ou em outras que venham a utilizar ou se inspirar no caminho percorrido. Da mesma forma, é possível que, ao longo dos próximos módulos e semestres, os dados possam ser comparados, para verificar se a escolha de determinado ODS interfere qualitativamente no impacto social e no êxito das ações. Por fim, destaca-se a importância de avaliações contínuas do método, de modo a encontrar possíveis lacunas e soluções para eventuais fragilidades.

Referências

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 20 abr. 2024.

BRASIL. *Lei n. 9394, de 20 de dezembro de 1996*. Institui a Lei de Diretrizes e Bases (LDB). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 19 abr. 2024.



BRASIL. *Lei n. 13005, de 25 de junho de 2014*. Institui o Plano Nacional de Educação (2014-2024). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm. Acesso em: 12 abr. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. *Instrumento de Avaliação dos Cursos de Graduação: Reconhecimento, Renovação de Reconhecimento*. Brasília, 2017. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_cursos_graduacao/instrumentos/2017/curso_reconhecimento.pdf. Acesso em: 20 abr. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. *Portaria n. 1.350, de 17 de dezembro de 2018a*. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/novembro-2018-pdf/102551-pces608-18/file>. Acesso em: 15 abr. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. *Resolução n. 7, de 18 de dezembro de 2018b*. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/55877808. Acesso em: 19 abr. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. *Portaria n. 2.117, de 6 de dezembro de 2019*. Disponível em: <https://abmes.org.br/arquivos/legislacoes/Portaria-mec-2117-2019-12-06.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2024.

Deus, S. de. *Extensão universitária: trajetórias e desafios*. Santa Maria: Ed. PRE-UFSM, 2020. Disponível em: https://www.ufmg.br/proex/renex/images/EBOOK_-_Sandra_de_Deus_-_Extensao_Universitaria.pdf. Acesso em: 10 abr. 2024.

FERNANDES, F. (Org.). *Comunidade e sociedade no Brasil*. São Paulo: Nacional, 1975.

FREIRE, P. *Extensão ou Comunicação?* 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GADOTTI, M. *Extensão universitária: para quê?*, s.l. (2017). Disponível em: https://www.paulofreire.org/images/pdfs/Extensao%C3%A3o_Universit%C3%A1ria_-_Moacir_Gadotti_fevereiro_2017.pdf. Acesso em: 27 nov. 2022.

LAMEZA, J. O.; SOUZA, C. P. *Feedback construtivo-afetivo como estratégia em EaD*. 28º Congresso Internacional da Associação Brasileira de Ensino a Distância (Ciaed). Anais... Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: <https://proceedings.science/ciaed-2023/trabalhos/feedbacks-construtivos-afetivos-como-estrategia-em-ead?lang=pt-br>. Acesso em: 24 abr. 2024.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. *Técnicas de pesquisa*. 7 ed. São Paulo: Ática, 2008.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Os 17 objetivos de desenvolvimento sustentável*, 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/ptbr/sdgs>. Acesso em: 15 abr. 2024.

ORMANEZE, F.; LAMEZA, J. *O poder do storytelling nas trilhas de aprendizagem em EaD*. 28º Congresso Internacional da Associação Brasileira de Ensino a Distância (Ciaed). Anais... Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: <https://proceedings.science/ciaed-2023/trabalhos/o-poder-do-storytelling-nas-trilhas-de-aprendizagem-ead?lang=pt-br>. Acesso em: 24 abr. 2024.

ORMANEZE, F.; ALMEIDA, M. A.; FABBRI JR., D. Projeto Integrador e Extensão Universitária no ensino a distância: Relato de uma experiência baseada em desenvolvimento



sustentável. In: ORMANEZE, F. PÔRTO JR., F. G. *Extensão, ensino e comunicação: modos de ser, agir e refletir*. Palmas: Observatório Edições, 2024, p. 193-214.

PAIVA, R. *O espírito comum* – Comunidade, mídia e globalismo. Rio de Janeiro: Mauad, 2003.

SANTOS, T. A globalização reforça as particularidades. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A.; SILVEIRA, M. L. *Território: Globalização e Fragmentação*. 5.ed. São Paulo: Hucitec, 2002.

